

OS IMPACTOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E NA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Autor: Paulo Gilberto Giron

RESUMO

O presente artigo demonstra alguns impactos frente à automação de processos em sistemas de informação, mais precisamente com a implantação da NF-e – Nota Fiscal eletrônica. Esta inovação faz parte de um grande projeto nacional chamado SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, que visa simplificar, padronizar e otimizar as informações fiscais, através da integração entre as instituições fiscais, sejam municipais, estaduais e federais. O estudo foi baseado em pesquisas de campo junto a diversas empresas que, por força de lei, passaram a utilizar um sistema integrado de gestão empresarial, mais conhecido por *Enterprise Resource Planning* – ERP. Ao longo do trabalho, percebem-se várias mudanças na logística das empresas e, também, vários benefícios que agregam valor à cadeia de suprimentos destas mesmas empresas, pois juntam-se ao processo automatizado características de integridade, confiabilidade, autenticidade e agilidade nas informações. Como em qualquer mudança, também percebem-se inúmeras dificuldades, onde os envolvidos devem demandar conhecimentos cada vez mais específicos em tecnologia e sistemas de informação. Além disso, ainda podem ser citados os impactos nas áreas fiscais e tributárias, tais como o aumento da arrecadação por parte da administração pública e também a agilidade na fiscalização em postos fiscais. Finalmente, há de se destacar uma maior preocupação ambiental, já que existe uma grande redução nos custos de aquisição e utilização de papel, que anteriormente era utilizado em formulários próprios para emissão de nota fiscal, tanto em blocos quanto em formulários contínuos.

Palavras-chave: inovação tecnológica, nota fiscal eletrônica, cadeia de suprimentos.

1 INTRODUÇÃO

Com o constante crescimento e desenvolvimento de novas tecnologias, as empresas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, passaram a utilizar e a depender, cada vez mais, dos sistemas de informações, para reagir aos problemas possibilitar novas oportunidades de negócios.

Na era da conhecimento, ocorre uma necessidade de troca integrada de informações, tanto entre os indivíduos de um mesmo setor, ou entre diferentes setores de uma organização e também entre as organizações que atuam na mesma cadeia de suprimentos e esta é uma realidade cada vez mais freqüente.

A Internet causa uma revolução nos negócios empresariais, sob diversas formas: expõe informações de seus sistemas na grande rede, participa do mercado eletrônico, integra sua cadeia de fornecedores e clientes, compartilha informações, distribuídas entre suas bases de dados e sistemas de outras corporações.

Os sistemas de informação, que utilizam a internet nos seus processos, são cada vez mais utilizados pelas organizações, permitindo agilidade, melhoria da qualidade, redução de custos e eficiência na transferência e processamento de informações, além de evitar o retrabalho ao longo da cadeia de valor do negócio.

Assim, não há como separar avanço ou inovação tecnológica de qualidade do conhecimento. Sem esta relação, sistemática e articulada de forma harmônica, os processos de negócios ditos “manuais” tendem a uma inevitável obsolescência e, consequentemente, à entropia ou desaparecimento.

Aliada à qualidade, incluem-se técnicas de integração completa e segura da informação, agregando valor à cadeia de suprimentos do negócio, além de torná-lo muito mais dinâmico, dando uma resposta mais rápida ao cliente consumidor. Um destes exemplos é a Nota Fiscal Eletrônica, ou NF-e.

Neste sentido, há de se destacar os controles fisco-contábeis eletrônicos, no intuito de padronizar as informações, cuja fiscalização e minimização de erros oportunizam forte vantagem competitiva para as empresas que utilizam a internet nas suas operações, agregando, assim, valor ao seu negócio.

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

O tema do presente artigo está baseado na discussão dos impactos causados por uma inovação tecnológica imposta pelo governo, a conhecida “NF-e” – nota fiscal eletrônica – que está substituindo, gradativamente, a tradicional nota fiscal emitida em formulário próprio da empresa.

Tendo em vista a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica por parte das empresas do ramo industrial e do comércio atacadista, até o mês de outubro de 2010, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: quais os impactos que a nota fiscal eletrônica causa nos processos administrativos e também em toda a cadeia de valor do negócio?

1.2 Objetivo Geral

Identificar os aspectos que causam mudanças nos processos administrativos e na gestão dos negócios em função da implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

1.3 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as características da Nota Fiscal Eletrônica que influenciam as rotinas integradas para a gestão da cadeia de suprimentos;
- b) Identificar as mudanças ocorridas nos processos administrativos, com a implantação da NF-e – nota fiscal eletrônica;
- c) Identificar os impactos causados com esta inovação tecnológica, junto a 10 (dez) empresas da região oeste do Paraná; e
- d) Identificar as melhorias dos processos e apresentar a variação destas empresas em relação a arrecadação de tributos.

1.4 Justificativa

As empresas têm várias necessidades de controles internos, desde operacionais, gerenciais, estratégicas e até por exigências fiscais, muitas vezes consideradas exaustivas, como pagamento de guias, emissão de notas fiscais, recebimento de contas, formulários, utilização de carimbos, assinaturas, idas e vindas de órgãos e entidades externas para a regularização dos seus processos.

Com o advento da informática, dos sistemas de informação, da automação e da integração dos processos, aumenta a dinâmica e confiabilidade dos negócios,

além de se diminuir a necessidade dos registros ditos “manuais”, que oneram as organizações tanto em tempo quanto em volume de papéis, que ficam posteriormente armazenados no chamado “arquivo-morto”.

As inovações da era digital, no entanto, causam impactos nos processos internos, como é o caso da implantação da nota fiscal eletrônica. Embora esta tecnologia traz agilidade e credibilidade às operações realizadas pelas empresas, gera também várias mudanças na gestão dos negócios destas.

Justifica-se, portanto, uma análise crítica dos impactos que esta nova tecnologia promove junto às organizações, primeiro porque a implantação da nota fiscal eletrônica é obrigatória para determinados ramos de atividade e, segundo, porque esta tecnologia obriga a padronização dos sistemas de informação, tanto na escrituração dos registros fisco-contábeis quanto à segurança, confiabilidade e integridade da informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inegavelmente, tanto no campo privado como no público, o ambiente competitivo está em constante dinâmica, seja ela econômica, social, ambiental e, sobretudo, tecnológica. Todas as organizações são pressionadas a reformular seus métodos e procedimentos para viabilizar novas formas de adaptação aos novos contextos e cenários locais, nacionais e internacionais.

Reconhecer a importância da informação, bem como de suas utilizações, tem se tornado relevante para todos que almejam, além da sobrevivência, adaptação vitoriosa aos mercados e a um público cada vez mais exigente. A história recente demonstra que a relevância da informação passou por transformações críticas. As organizações evoluíram valorizando a gestão da TI - Tecnologia da Informação, a tal ponto que, atualmente, a informação é o principal fator de produção (BILICH, 2006).

Para Rezende & Guagliardi (2005), a TI abrange, em seu conceito, os recursos tecnológicos e computacionais para guarda de dados, geração e uso da informação. Atualmente, a informação desempenha um papel estratégico, revelando-se fonte de competitividade e fator determinante para a permanência e a sobrevivência das instituições.

2.1 Inovação Tecnológica na Era do Conhecimento

Inovar significa colocar idéias novas em prática e estas ações sempre vão representar algo novo para o mercado. A empresa que busca constantemente a inovação acaba se tornando mais competitiva, tanto no mercado interno como também no externo. Para Soumodip (2008), a inovação dá mais competitividade a uma tecnologia, a um produto ou processo, ampliando a sua parcela de mercado e, assim, agregando valor econômico e lucratividade.

Ainda segundo o mesmo autor, na era do conhecimento, inevitavelmente estes desafios demandam em inovação tecnológica que, por sua vez, vão provocar mudanças no ambiente da organização. Estas mudanças afetam diretamente a qualidade, a produtividade e o desempenho das empresas, pois quanto maior for a tecnologia empregada, maior será a sua competitividade para atender as necessidades e, com isso, maior possibilidade de crescimento econômico.

Na área de negócios, uma das inovações tecnológicas de grande impacto econômico é a utilização da internet na cadeia de valor, oportunizando o acesso às

informações de uma forma integrada e dinâmica, como é o caso da implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

Segundo Duarte (2010), empresas que realizam a conferência dos dados e informações de forma mais dinâmica e da validade das suas operações, através de documentos fiscais armazenados em sistemas de informação, estão utilizando o paradigma industrial em processos típicos da Era do Conhecimento - internet. Estão trabalhando de forma tangível em um mundo intangível, digital.

Assim, são inúmeros os fatores de inovação tecnológica na Era do Conhecimento, com a utilização da Internet: passando por um novo conceito de sistemas de informação, buscando a integração total; mudanças na logística, pois já existe uma garantia eletrônica da transação comercial, antes mesmo da expedição das mercadorias, além da redução de custos e de tempo; aperfeiçoamento do processo de gestão fiscal e tributário das operações; e, principalmente, na sustentabilidade, através de novas oportunidades de negócio, melhoria no relacionamento entre as pessoas envolvidas e redução do consumo de papel.

2.2 Segurança da Informação com a Certificação Digital

A certificação digital é uma assinatura digital, emitida a partir de um certificado do emitente. Difere da "senha web", que apenas limita o acesso a determinadas informações, tratando-se, na verdade, de um procedimento mais seguro e eficiente, que possibilita a verificação tanto da autoria como da integridade do documento gerado, garantindo à empresa que um terceiro não emita notas ou escrituras contábeis em seu nome (DUARTE, 2010).

Entre as vantagens de se utilizar um certificado digital para garantir a autenticidade do emissor ou do ponto de origem da transação comercial, destaca-se a agregação de valor à cadeia do negócio ou, em outras palavras, a garantia e segurança da informação para todas as organizações envolvidas e integradas no negócio. Esta integração, suportada pelo certificado digital, traz transparência, agilidade, segurança e credibilidade aos parceiros de negócio.

2.3 Processos Administrativos e Sistemas ERP

Os processos administrativos, com a inovação tecnológica da NF-e, passam por profundas mudanças, desde operacionais, táticas e estratégicas. Um exemplo é a integração e conexão, em tempo real, dos servidores de bancos de dados da empresa para com os servidores de bancos de dados da Receita Estadual.

Outra grande exigência, proveniente da aplicação da Nota Fiscal Eletrônica, provavelmente demandará um grande crescimento de softwares de gerenciamento empresarial, convencionalmente chamados pela sigla "ERP" (Enterprise Resource Planning). As empresas que atuam na área desenvolvem sistemas de informação que integram todos os dados e processos organizacionais, possibilitando uma visão mais clara e específica de seus mecanismos de funcionamento.

Com estes sistemas modernos, é possível integrar diferentes departamentos de uma empresa, automatizando procedimentos no sentido de propiciar, como efeito, tanto a liberação dos recursos humanos para outras atividades como a racionalização mais eficiente dos gastos por meio da gestão eficiente dos dados.

Este conjunto de atividades executadas pelo programa, de natureza multi-modular, evidentemente deve ser desenvolvido de forma a atender às exigências

específicas de cada corporação e também as exigências fisco-contábeis, não podendo se ressentir de um trabalho prévio de consultoria.

Os softwares de gestão ERP estão atualmente em processo de atualização pelas empresas especializadas, para versões que suportem também o módulo da NF-e e, futuramente, a eles integrando grande parte da escrituração, contábil e fiscal. Estes programas serão oferecidos às pessoas jurídicas interessadas no credenciamento ao programa nacional mediante pagamento da sua licença de uso.

Assim, os sistemas ERP's, que operam de forma integrada dentro da empresa, exigem conhecimento técnico e aprofundado na área contábil, conjugada com planejamento fiscal, na administração empresarial em seus diferentes âmbitos, possibilitando a integração concisa e racional dos módulos e, ainda, na área da informática, o que demanda a ação conjunta de profissionais destas áreas.

No mesmo sentido, as empresas tradicionais de consultoria tributária deverão dar especial atenção às novas exigências da escrituração e emissão contábeis, uma vez que os planejamentos preventivos deverão, necessariamente, passar pelos novos sistemas de gestão empresarial.

2.4 Gestão da Cadeia de Suprimentos

Segundo Ballou (2004), a gestão da cadeia de suprimentos é o conjunto de atividades funcionais e de processo que se repetem inúmeras vezes ao longo do canal do negocio, pelo qual matérias-primas são convertidas em produtos acabados, aos quais são agregados valores ao consumidor.

Para Duarte (2010), a cadeia de suprimentos integra os processos logísticos do fornecedor, do fabricante, do distribuidor e do cliente, visando reduzir tempo, esforços redundantes e custo de estoque. Também pode ser interpretada como uma rede de organizações e processos de negócios que agrega valor para selecionar matérias-primas, transformá-las em produtos intermediários e acabados e distribuir estes últimos aos clientes consumidores.

A Logística, por sua vez, é o processo eficaz do planejamento, implementação e controle integrado do fluxo de materiais, informações, tempo e dinheiro, do ponto de origem ao ponto de destino, com o objetivo de atender as exigências de qualidade impostas pelos clientes e pelo negócio (BANZATO, 2004).

Esta gestão da cadeia de valor do negócio é necessária e dependente dos sistemas integrados de gestão empresarial, uma vez que todos os envolvidos nesta cadeia devem cumprir seu papel com eficiência e eficácia, oportunizando segurança ao “elo” seguinte da cadeia, numa relação fidelizada e de alto valor agregado.

No tocante à nota fiscal eletrônica, é possível consultar a mesma pela internet, facilitando os controles internos baseados nas informações disponíveis de forma “online”, através da tecnologia conhecida por *web service*. Assim, o cliente comprador pode verificar, junto à secretaria da fazenda do seu estado, o estado ou “status” da transação comercial, se a mesma já foi oficializada junto aos órgãos competentes (COSTA, 2008).

2.5 A Nota Fiscal Eletrônica

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do

remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, por parte do Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador. (DUARTE, 2010).

Esta inovação tecnológica faz parte de um projeto nacional, intitulado Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que consiste na modernização de processos para o cumprimento das obrigações fisco-contábeis, a partir de informações transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura nos documentos eletrônicos, garantindo a validade e a autenticidade dos emissores destes documentos (DALABRIDA, 2008).

Num primeiro momento, antes de enviar o produto ao seu cliente, o responsável, na empresa já credenciada, emitirá a NF-e a partir do seu sistema de informação e gerará, no formato XML, o arquivo da NF-e, contendo todas as informações pertinentes à operação comercial, com assinatura digital e certificado autorizado. Este arquivo será transmitido à Secretaria da Fazenda do estado ao qual se destina a mercadoria, para uma pré-validação automática.

Em um segundo momento, uma vez pré-validada, à revelia do contribuinte, a SEFAZ retransmitirá estes dados a um repositório nacional de todas as NF-e emitidas, mediante uma empresa pública criada para este fim, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), pela lei nº 4.516/1964.

Poderá a SEFAZ-origem transmitir a NF-e, ou dela fornecer informações parciais, para o Fisco municipal, no caso de envolvimento de serviços sujeitos ao Imposto sobre Serviços - ISS, bem como a outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que precise de informações da NF-e para desempenho de suas atividades, todos mediante prévio convênio ou protocolo, resguardado o sigilo fiscal do contribuinte.

Em outros termos, os seguintes órgãos passam a ter acesso às informações fiscais do contribuinte, sem necessidade de expedição oficiosa justificada ou, muito menos, de autorização judicial: SRFB, Secretarias da Fazenda, ou equivalentes, dos Estados e DF, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos da administração pública (DALABRIDA, 2008).

Ao contribuinte, depois de devassada de forma ilegal sua vida tributária, por um destes órgãos, caberá o questionamento em juízo dos princípios regedores da segurança fiscal, constitucionalmente garantidos; contudo, o acesso já terá se concretizado neste momento. A validade da nota fiscal emitida em meio eletrônico se dará a partir da sua transmissão para a receita estadual e sua devida autorização, feita pela administração tributária do órgão.

Assim, se o segundo momento (de integração da informação) é realizado à revelia do contribuinte, o primeiro não: para que a mercadoria circule é necessária a pré-validação pela SEFAZ, integrando-a à rotina empresarial, diferentemente do que acontecia pelo método tradicional. Logo, as autorizações não são feitas mais para a impressão, pela gráfica, do talonário, mas a cada nota fiscal emitida. Se aprovada a NF-e, a SEFAZ devolverá, atualmente em cerca de 2 ou 3 segundos, um "Protocolo de Recebimento", contendo a autorização de uso da nota. Sem este protocolo, não poderá haver o trânsito da mercadoria.

Uma vez transmitido o arquivo digital da NF-e pela Internet, administração tributária da unidade federada do domicílio do contribuinte analisará, no mínimo, os elementos necessários e padronizados, com fins de pré-verificação, para autorizar a emissão da nota e impressão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE. A impressão da Danfe, em formulário comum, denominado A-4, é necessária para acompanhar as mercadorias no seu trânsito até o destino. Ela

contém, em destaque, o código de acesso para a consulta da nota, diretamente no banco de dados da Secretaria da Fazenda, tanto estadual quanto federal.

Este documento não deve ser confundido com uma nota fiscal e tampouco substitui esta, pois como o nome já diz, é apenas um comprovante de que existe uma nota fiscal eletrônica armazenada e validada junto aos órgãos arrecadadores públicos, com possibilidades de consultas futuras diretamente pela Internet, agilizando e possibilitando inúmeras maneiras de processos logísticos, em toda a cadeia de suprimentos das organizações envolvidas no negócio.

A NF-e também será transmitida para a Receita Federal, que armazenará, em um repositório nacional, todas as NF-e emitidas (Ambiente Nacional) e, no caso de operação interestadual, para a Secretaria de Fazenda de destino da operação e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), no caso de mercadorias destinadas às áreas incentivadas.

Assim, todas as secretarias de fazenda envolvidas disponibilizarão a consulta, através da Internet, para o destinatário e outros legítimos interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

2.6 Impactos Percebidos com a Implantação da Nota Fiscal Eletrônica

O principal objetivo do sistema de NF-e consiste em simplificar as obrigações acessórias dos negócios empresariais, através da substituição da Nota Fiscal modelo 1 e 1-A (formulário) pela emissão de documento fiscal em meio eletrônico, com plena validade jurídica, cujo comprovante impresso é o Danfe (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica).

Segundo a SEFAZ (2010), um dos impactos desta medida será a gestão mais eficaz da receita tributária, pois provavelmente haverá um aumento na arrecadação e, consequentemente, uma melhoria na prestação dos serviços públicos. Em contrapartida, os beneficiários serão o próprio contribuinte, tanto emitente quanto destinatário, as administrações públicas e a sociedade.

Importante destacar que as empresas brasileiras estão passando por um momento de transição importante, saindo de rotinas de emissão de documentos ditos “manuais” ou em “formulários contínuos” para rotinas totalmente integradas eletronicamente, através da comunicação de dados pela internet.

Numa análise abrangente, percebe-se que novos parceiros surgem para agregar valor à cadeia de suprimentos, principalmente fornecedoras de serviços (transportadoras, credenciadoras de certificação digital, empresas de tecnologia e sistemas de informação), de forma indireta, para garantir eficiência e eficácia na gestão dos negócios empresariais.

Entretanto, existem alguns desafios a serem superados com esta nova tecnologia, por parte de algumas empresas. Questões como integração entre os parceiros do negócio e mudanças dos processos internos, principalmente com a qualidade dos dados armazenados nos sistemas de informação são fatores que impactam negativamente com a utilização da NF-e (COSTA, 2008).

De fato, são poucas as empresas que perceberam a mudança na gestão da cadeia de suprimentos, já que as informações fluem de forma dinâmica, com autenticidade do emissor, com confiabilidade dos parceiros de negócio e com absoluta transparência junto aos órgãos fiscalizadores. Percebe-se que estas empresas buscam a inovação tecnológica constantemente, no sentido de agilizar primeiramente os seus processos internos, mas que posteriormente acabam

agregando valor à cadeia do seu negócio, reduzindo custos e tempo na entrega dos seus produtos e serviços.

Neste sentido, torna-se fundamental a gestão desta cadeia como um todo, avaliando os pontos positivos e negativos de cada nova tecnologia, pois, por mais simples que esta pode ser, haverão impactos nos processos envolvidos, quer seja pela melhoria do processo, quer seja pela substituição do mesmo.

3 METODOLOGIA

A metodologia é instrumento fundamental para que ocorra a aprendizagem, tanto na questão teórica (pesquisa pura) quanto na prática (pesquisa aplicada), sendo que esta metodologia auxilia na solução de problemas ou análise de determinados assuntos (SEVERINO, 2002).

O presente trabalho foi feito através de procedimentos metodológicos, envolvendo principalmente o tipo de pesquisa documental, pois parte de verificação empírica junto a diversos documentos utilizados nas empresas que estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica. Também foi utilizado o método de observação, além de técnicas de extração de dados com a aplicação de entrevistas informais.

Um dos principais tipos de pesquisa utilizado foi a bibliográfica. Segundo Lakatos & Marconi (1999), esta pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Assim, foram analisadas várias obras literárias, além de pesquisas em jornais, revistas e na internet.

Assim, para atender aos objetivos propostos e visando o estudo aprofundado da nova tecnologia nas organizações abordadas, a pesquisa foi realizada em caráter qualitativo, com exceção da comparação de valores gastos com formulários e papel comum, utilizados para a emissão das notas fiscais.

A coleta de dados baseou-se nos seguintes instrumentos: fontes primárias ou bibliografias existentes, compostas dos principais títulos que evidenciam o tema responsabilidade social e ambiental; fontes secundárias ou pesquisa documental, junto às entidades protagonistas dos projetos desenvolvidos; pesquisa de campo, onde se juntaram dados a partir dos processos administrativos que sofreram mudanças, em virtude da emissão da nota fiscal eletrônica, especialmente nos aspectos de autenticidade, integridade e veracidade das informações.

Também foram feitas pesquisas através de fontes secundárias disponíveis na Internet, cuja riqueza de informações foi crucial para uma melhor exploração dos assuntos apresentados. A fim de facilitar a coleta de dados, os casos estudados foram definidos pelo critério da acessibilidade (VERGARA, 2005).

Foram selecionadas dez empresas que já utilizam a nota fiscal eletrônica em seus negócios, todas utilizando um mesmo sistema de automação classificado como ERP – *Enterprise Resource Planning*, a fim de facilitar os estudos. A investigação foi feita sempre no local das empresas, através da extração de informações específicas e sintetizadas, sempre preservando a imagem das organizações. O método utilizado foi o observacional, a partir de técnica de extração de dados antes e depois da mudança tecnológica, a fim de se comprovar os impactos positivos e negativos.

A análise dos dados coletados se resumiu a três fases distintas: levantamento das etapas de implantação da nota fiscal eletrônica em cada uma das empresas, utilização e adequação dos processos internos para atender às necessidades, avaliação dos impactos positivos e negativos que ocorreram com a implantação desta nova tecnologia, abordando tanto questões físicas (hardware) como também questões técnicas em relação ao sistema de informações (software).

Após a análise individual de cada organização, os resultados foram comparados entre si, para a identificação dos propósitos principais da pesquisa, quer sejam os impactos causados pela implantação na nota fiscal eletrônica.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Neste capítulo, estão demostrados os resultados qualitativos da pesquisa realizada junto a dez empresas, classificadas como indústrias, localizadas na região oeste do Paraná. A divulgação do nome das empresas não foi autorizada por nenhuma das empresas analisadas. Sendo assim, foi utilizado um nome fictício para cada uma delas, para entender melhor as características de implantação da NF-e.

As empresas analisadas abrangem áreas de negócio distintas, das mais diversas, o que enriquece a abordagem do objetivo geral deste trabalho, sendo que muitas elas aderiram à Nota Fiscal Eletrônica em razão da obrigatoriedade fiscal.

Apesar de que esta nova tecnologia teve mais impactos positivos do que negativos, ainda é fator preponderante na decisão desta inovação tecnológica o receio do aumento dos tributos, já que se prevê a grande dificuldade na realização de negócios sem a emissão da nota fiscal.

4.1 Os Processos Antes da Implementação da NF-e

A maioria das empresas analisadas já utilizavam um sistema de automação para emitir suas notas fiscais em formulário contínuo ou, pelo menos, já realizavam os controles internos básicos com a ajuda de software de gestão empresarial. Para estas empresas, a mudança causou um impacto menor, já que o treinamento demandou bem menos tempo.

Entretanto, as empresas que tinham os controles internos ditos “manuais” implantaram a emissão da NF-e juntamente com a implantação do sistema ERP, o que causou uma grande mudança, com alto impacto junto às pessoas e processos.

Num primeiro momento, ao se observar os processos antes da implantação na NF-e, percebeu-se a falta de conhecimento para com o preenchimento das notas fiscais ditas “manuais”, desde inobservância de códigos contábeis, passando por dados incompletos nos documentos ou dados incorretos e até rasuras em determinados campos preenchidos.

Num segundo momento, observou-se que era comum o preenchimento de quantidades não condizentes com o que realmente estava sendo entregue ou, ainda pior, preenchimento de valores diferentes do que realmente seria cobrado do cliente, prática conhecida como “meia-nota”. Justificaram-se os responsáveis pela emissão das notas que esta é uma prática bastante comum no mercado, atualmente.

Observou-se também, junto às empresas analisadas, que ainda eram feitas transações comerciais sem a emissão da devida nota fiscal, com o claro objetivo de lesar o Fisco, embora todas foram unânimes em afirmar que esta prática está cada vez mais rara de acontecer.

Em relação às tecnologias já existentes, o fator mais impactante, observado em sete empresas que já utilizavam a informática em seus processos, abordou os sistemas de informação utilizados. Apenas duas empresas tiveram que migrar ou substituir os seus sistemas para um sistema integrado de gestão empresarial – ERP. Para cinco empresas, a solução foi bem mais simples, pois tiveram que adaptar o seu sistema atual para incluir a rotina de emissão da NF-e.

Quando os proprietários e/ou administradores das empresas analisadas foram questionados sobre o planejamento da mudança, para a implantação da NF-e, a maioria informou que não foi feito formalmente, muitas dúvidas não foram devidamente esclarecidas até o dia da mudança e alegaram que não havia o acompanhamento do profissional responsável pela contabilidade das empresas.

Finalmente, há de se ressaltar o fato de que, antes da implantação da NF-e, nas empresas que já utilizavam sistemas de informação, percebeu-se que os processos gerenciais básicos não eram realizados plenamente nestes sistemas, muitos administradores utilizavam-se de planilhas eletrônicas para gerenciarem suas próprias informações, de forma não íntegra, o que demandava um retrabalho muito grande a cada nova transação comercial.

Portanto, percebe-se que, para a maioria das empresas analisadas, a mudança causou alto impacto nos processos internos, devido o desconhecimento, despreparo, falta de planejamento e, principalmente, da falta de uma visão dos pontos positivos e negativos advindos com esta nova tecnologia.

4.2 As Mudanças Percebidas após a Implementação da NF-e

Após a implantação da NF-e junto às dez empresas objeto de estudo, percebeu-se uma mudança cultural nos processos, desde questões de agilidade, facilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade nas informações até por questões de melhoria dos controles internos e, principalmente, de tornar-se transparente e de agregar valor à cadeia de suprimentos do negócio.

Uma das primeiras mudanças ocorridas foi com as informações cadastrais. Todas as empresas passaram por uma reestruturação e manutenção dos dados dos seus clientes, fornecedores, transportadoras e demais parceiros de negócio. Além disso, tiveram que adequar as informações de seus produtos para atender às exigências fiscais, como, por exemplo, o código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

Outra mudança importante foi em relação ao entendimento dos detalhes de como a emissão da NF-e deveria ser feita: nova numeração, começando em 1 (lote de notas fiscais); a nota somente poderá ser feita no dia (data de emissão igual à data do sistema); impossibilidade de qualquer mudança na nota, a partir de seu envio à Receita Estadual; prazo de sete dias para cancelamento de uma NF-e; obrigatoriedade de se enviar, por e-mail, um arquivo contendo uma cópia da nota fiscal eletrônica (em formato XML); impressão da Danfe em papel “A-4”; e geração obrigatória de arquivo magnético no final do mês, contendo a movimentação de entradas e saídas da empresa.

Em relação aos impactos nos processos administrativos básicos, a maioria das empresas declarou que houve mudança no faturamento, na forma de se relacionar com os fornecedores e clientes, já que regras rígidas são estabelecidas quando da emissão da NF-e e também na entrada de dados relativos às compras, através da importação de arquivo em formato XML.

Um ponto altamente positivo foi, sem dúvida, a economia na emissão da nota fiscal, já que antes era feita em formulário de 4 ou 5 vias e que, agora, apenas em duas vias de um formulário bem mais barato, o papel conhecido por modelo A-4. Somente esta economia, cujos valores estão demonstrados na tabela 1, já são suficientes, para a maioria das empresas, para pagar os custos do sistema integrado de gestão empresarial – O ERP utilizado na empresa.

Empresa:	Qtd.nf emitidas no mês	Gastos com Formulário NF	Gastos com papel A-4
M.A.	1.407	R\$ 1.125,60	R\$ 140,70
E.B.	107	R\$ 96,30	R\$ 10,70
M.C.	828	R\$ 579,60	R\$ 82,80
I.N.	62	R\$ 52,70	R\$ 6,20
A.B.	234	R\$ 210,60	R\$ 23,40
O.O.	27	R\$ 24,30	R\$ 2,70
P.P.	25	R\$ 25,00	R\$ 2,50
T.M.	50	R\$ 42,50	R\$ 5,00
A.C.	90	R\$ 81,00	R\$ 9,00
E.V.	155	R\$ 116,25	R\$ 15,50
TOTAL	2.985	R\$ 2.353,85	R\$ 298,50

Tabela 1 – Comparativo de Gastos com Formulários e com Papel Comum (A-4)

Para demonstrar estes valores, foram extraídas as informações mensais relativas ao mês imediatamente antes da implantação da NF-e e do mês subsequente à esta implantação. Posteriormente, foi feita a média dos dois meses. Percebe-se que, de fato, a mudança tecnológica trouxe uma economia razoável para as empresas, pois, só no caso destas dez empresas analisadas, este montante foi de R\$ 2.055,35 (já contabilizados os custos com tinta e toner para as impressoras).

Como pontos negativos, citam-se várias situações que, segundo os entrevistados, foram de alto impacto: a necessidade de treinamento aprofundado com todos os operadores do sistema, para entendimento do processo como um todo, da manutenção comprometida dos dados cadastrais, do enfrentamento de algumas resistências pessoais e, em alguns casos, da descentralização dos dados para a integração com o sistema contábil, já que foi necessária uma configuração de dados fisco-contábeis, tanto para a escrituração fiscal quanto para os balanços patrimoniais, embora esta fosse a prerrogativa da migração para um sistema do tipo ERP, desde o primeiro momento, quando da mudança tecnológica.

Outro ponto negativo analisado foi em relação às dúvidas que ainda existem, que demandariam um maior comprometimento por parte dos profissionais que são responsáveis pela Contabilidade das empresas. Segundo alguns relatos, estes deveriam visitar mais vezes os seus clientes, sanando as principais dúvidas, não só em relação à NF-e, mas nos controles internos como um todo.

Após o período de transição, os comentários foram unânimes no sentido de que a implantação da NF-e trouxe muito mais pontos positivos do que negativos, até porque, segundo dizem os próprios administradores das empresas analisadas, alia-se o fato de que é necessária a modernização, a transparência na gestão na cadeia do negócio entre os parceiros e, mais do que isso, o aumento da competitividade no mercado, fazendo com que todas as empresas possam transformar o Brasil em um país de “primeiro mundo”, sem contar a transparência na gestão dos negócios.

Percebe-se que, com a implantação da NF-e, os registros econômicos e fiscais passam a ocorrer em tempo real. Os contribuintes estarão conectados por rede às administrações públicas tributárias e, assim que se concretizar uma venda, esta será gravada imediatamente nos bancos de dados da Receita Estadual e Federal, os principais órgãos fiscalizadores das informações.

A maioria dos empresários ouvidos relataram que a prática da informalidade tenderá a diminuir muito, o que já impacta diretamente na arrecadação tributária. Eles mesmo perceberam que suas empresas devem se esforçar, cada vez mais, para acertar todos os detalhes que ainda faltam para minimizar problemas com a legislação e com o Fisco.

5 CONCLUSÃO

A partir dos estudos efetuados e com base nas informações coletadas, conclui-se que a instrumentalização desta tecnologia trouxe inúmeros benefícios, em detrimento das dificuldades enfrentadas, sem contar o maior conhecimento e profundidade do tema e problema de pesquisa.

Percebeu-se que, além da modernização dos processos relacionados, houve uma mudança cultural dos envolvidos e evolução qualitativa das informações dos parceiros do negócio, com aumento da eficiência e do desempenho das atividades rotineiras ligadas à emissão das notas fiscais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos.** Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- BANZATO, E. **Sistemas de Controle e Gerenciamento do Armazém - WMS.** Disponível em: www.guiadelogistica.com.br. Acesso em Maio/2010.
- BILICH, Feruccio. **Análise da Dinâmica das Organizações Tecnológicas e Desenvolvimento Sustentável:** Conhecimento, Tecnologia e Inovação. Porto Alegre, XXIX Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 17-20/Outubro de 2006.
- COSTA, Davi dos Santos. **Modelagem de Aplicativos para Emissão de Nota Fiscal Eletrônica.** Trabalho de Conclusão de Curso de Sistemas de Informação. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, 2008.
- DALABRIDA, Célia Andréia Ceron. **O Resultado da Implantação da Nota Fiscal Eletrônica na Empresa Perdigão Agroindustrial S.A.** Trabalho de Conclusão de Curso de Administração. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008.
- DUARTE, Roberto Dias. **B2B Fiscal: a cadeia de valor na Era do Conhecimento.** Disponível em: www.administradores.com.br/informe-se/artigos/b2b-fiscal-a-cadeia-de-valor-na-era-do-conhecimento/35863/. Acesso em Junho/2010.
- FURLAN, J. D. **Sistemas de Informação Executiva:** como integrar os executivos ao sistema informacional das empresas, fornecendo informações úteis e objetivas para suas necessidades estratégicas e operacionais. São Paulo: Makron Books, 1994.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Edusp, 1999.
- REZENDE, D. A. & GUAGLIARDI, J. A. **Sistemas de Informação e de Conhecimento para Contribuir na Gestão Municipal.** Porto Alegre: Produto & Produção, Vol. 8, p. 45-62, 2005.
- SEFAZ – SECRETARIA DA FAZENDA. Tutorial sobre NF-e. Disponível no site: www.fazenda.pr.gov.br. Acesso em Maio/2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUMODIP, Sarkar. **O Empreendedor Inovador.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2005.